

Organizadora
Fania Fridman

DE CIDADES E TERRITÓRIOS

Volume 1



FAPERJ



CNPq



PoD
editora

DE CIDADES E TERRITÓRIOS

DE CIDADES E TERRITÓRIOS



Rio de Janeiro
Novembro 2010

DE CIDADES E TERRITÓRIOS

Copyright © 2010

Todos os direitos são reservados, no Brasil por:

Fania Fridman (org.)

Este livro só pode ser publicado graças aos apoios da **FAPERJ**, Av. Erasmo Braga, 118 / 6º andar – Rio de Janeiro – RJ 20020-000 – www.faperj.br e do **CNPq**, SEPN 507, bloco B, Ed. Sede CNPq – Brasília – DF – 70740-901 – www.cnpq.br.



A AUTORA responsabiliza-se inteiramente pela originalidade e integridade do conteúdo contido na sua OBRA, bem como isenta a EDITORA de qualquer obrigação judicial decorrente de violação de direitos autorais ou direitos de imagem contidos na OBRA que declara sob as penas da Lei ser de sua única e exclusiva autoria.

PoD Editora

Rua do Catete, 90 / 202 • Catete – Rio de Janeiro

Tel. 21 2236-0844 • www.podeditora.com.br

atendimento@podeditora.com.br

Capa: *Fania Fridman*

Diagramação:

Control C – Impressos sob Demanda

Impressão e Acabamento:

Control C – Impressos sob Demanda

Nenhuma parte desta publicação pode ser utilizada ou reproduzida em qualquer meio ou forma, seja mecânico, fotocópia, gravação e nem apropriada ou estocada em banco de dados sem a expressa autorização da autora.

FICHA CATALOGRÁFICA

De cidades e territórios / Fania Fridman (org.). – Rio de Janeiro : PoD Editora, 2010.

268 p. : il. ; 24 cm

Inclui bibliografia e apêndice

ISBN: 978-85-62331-39-8

1. Planejamento urbano – Brasil – História. 2. Planejamento urbano – Rio de Janeiro – História. 3. Urbanização – Brasil – História. 4. Urbanização – Rio de Janeiro – História. 5. Geografia histórica – Brasil. 6. Geografia histórica – Rio de Janeiro. 7. Território nacional. I. Fridman, Fania. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Grupo de Estudos do Território e de História Urbana.

CDD: 711.40981
D278

Sumário

Apresentação	7
Parte I – Cidades: programas, representações e percursos	11
A desruralização da cidade como expressão da ruptura do metabolismo entre cidade e campo: o exemplo do Rio de Janeiro de fins do século XIX - Leonardo Soares dos Santos	13
Controlando e deslocando práticas “insalubres”; repreendendo e apreendendo “crioulos”, “pretas”, “vadios(as)” e “desordeiros(as)”: embates e disputas na instauração de um modelo de urbanidade para o Rio de Janeiro pós-emancipação e republicano - Alline Torres Dias da Cruz	31
A criação de uma Cidade Nova no Rio de Janeiro - Fernanda Mousse	55
Novos arranjos de uma cidade em expansão: Rio de Janeiro na Primeira República - Luciana Alem Gemari	67
A gestão de Carlos Sampaio (1920/22) e a emergência de dois bairros da Zona Sul Carioca vistas pelas páginas d’A Careta - Lúcia Silva	93
O outro lado da vitrine, pelas palavras de seus espectadores - Eduardo Cezar Siqueira	111
Zoneamento no Rio de Janeiro dos anos 10 aos 70 do século passado - Marília Vicente Borges	133
O lugar da memória (re)inventada - Vanessa Jorge de Araújo	161
Gênese da urbanização turística em Cabo Frio (1950-1978) - Erick Omena	179

Parte II – Territórios: estratégias, regiões e redes	201
Sobre cidades e regiões: centralidades na Província fluminense - Valter Luiz de Macedo	203
Reformas administrativas e organização do espaço urbano na Província do Rio de Janeiro – 1808 a 1850 - Maria Isabel de Jesus Chrysostomo	227
O território da saúde e a construção da nação – Santa Catarina, 1930/1945 - Ana Albano Amora	249
Sobre os autores	273

Apresentação

Doze artigos, originados de dissertações de mestrado, teses de doutorado e de estágios de pós-doutorado desenvolvidos no âmbito do Grupo de Estudos do Território e de História Urbana nos últimos quatro anos, estão aqui reunidos. O Gesthu, vinculado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e contando com o apoio da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), congrega pesquisadores – professores, doutores, mestres, doutorandos, mestrandos, técnicos associados e graduandos – dedicados ao estudo da transformação do papel das aglomerações urbanas e dos territórios em uma perspectiva histórica.

Os estudos, a partir de diversas visões disciplinares e perspectivas metodológicas e temporais, pretendem construir um repertório dos projetos, dos agentes sociais e dos conflitos travados no contínuo processo de apoderamento espacial. As linhas de pesquisa reconhecem que as estratégias de domínio não se limitam apenas a características materiais – os programas de ação governamental prevêm a manutenção da ordem e a administração dos espaços nas suas múltiplas escalas – e que o campo do Planejamento Urbano e Regional necessita análises acerca das permanências e inovações institucionais, dos sujeitos da ordenação no longo curso e no cotidiano e das regionalizações. Desta maneira, face aos problemas do presente, recuperar a gênese e a natureza da intervenção dos agentes sociais e do Estado no espaço tornou-se a principal intenção deste esforço coletivo.

Os artigos aqui apresentados buscam avaliar a introdução de mudanças no Planejamento em termos de técnicas de gestão, de normas e de agentes. Os temas de interesse das reflexões são a história urbana e territorial; a memória do Planejamento Urbano e Regional; a formação da rede urbana; as intervenções públicas e privadas e seus desdobramentos na legislação e na política urbanas; a interpretação da prática urbanística; o significado do ordenamento territorial da nação brasileira no século XIX; o papel das cidades na produção e na unificação do território nacional e a reavaliação da polaridade urbano-rural.

Importantes contribuições acerca das variadas facetas da urbanização estão nos textos aqui apresentados. “A desruralização da cidade como expressão da ruptura do metabolismo entre cidade e campo: o exemplo do Rio de Janeiro de fins do século XIX” parte de duas hipóteses: o fundamento primordial desse rompimento consistiu na expansão das formas de produção capitalista e na transformação simultânea do espaço urbano e do trabalho vivo de sua população em mercadorias.

Também discutindo a reconfiguração socioterritorial carioca, “Controlando e deslocando práticas *insalubres*; repreendendo e apreendendo *crioulos, pretas, vadios(as) e desordeiros(as)*: embates e disputas na instauração de um modelo de urbanidade para o Rio de Janeiro pós-emancipação e republicano” sugere que compreensões sociais racializadas estiveram fortemente relacionadas às percepções e intervenções higienistas e urbanísticas que pretenderam modernizar e civilizar o então Distrito Federal.

Antecedendo às transformações urbanas republicanas, “A criação de uma Cidade Nova no Rio de Janeiro” nos primeiros anos do Oitocentos foi uma política urbanizadora cujo intento era a europeização dos hábitos, costumes e padrões urbanos na capital do império português. Aliadas a esta política, as concepções da chamada Missão Artística Francesa influenciaram o *Urbanismo Imperial* ao destacarem as funções de centralidade e de interlocução do Campo de Santana com as áreas de expansão.

Questões em torno de tipos morfológicos recorrentes em trechos do espaço carioca são tratadas no artigo “Novos arranjos de uma cidade em expansão: Rio de Janeiro na Primeira República”. Ao discutir o papel da construção habitacional na consolidação da tessitura urbana de partes da cidade na virada para o século XX, aponta que a legislação fazia as vezes de planos, ao determinar os parâmetros das edificações assim como regulando os diversos usos e funções.

“A gestão de Carlos Sampaio (1920/22) e a emergência de dois bairros da Zona Sul Carioca vistas pelas páginas d’A Careta” procura articular a conjuntura política ao surgimento de novos distritos no momento em que a cidade preparava-se para os festejos do centenário da independência. Através do exame de um periódico, desvenda as razões do silêncio nas operações de construção da Urca em detrimento do grande espetáculo que foi o aterro e o saneamento da Lagoa e o loteamento na região do Jardim Botânico.

“O outro lado da vitrine, pelas palavras de seus espectadores” traz algumas das ideias em Arquitetura e Urbanismo que, surgidas nos países europeus e nos Estados Unidos, serviram de modelo para o Brasil. O Rio de Janeiro

ro foi escolhido para demonstrar o alcance desta importação, manifestada em mudanças na sua paisagem construída e nos seus instrumentos administrativos desde a instauração do regime político republicano até a década de 1950.

Tais influências também podem ser verificadas no artigo “Zoneamento no Rio de Janeiro dos anos 10 aos 70 do século passado” que discorre sobre este instrumento urbanístico examinando sua incorporação nos decretos, leis e nos planos propostos para a cidade. Ainda estão presentes na investigação, a organização administrativa municipal e o contexto político, social e econômico do período.

O objetivo do texto “O lugar da memória (re)inventada” é compreender, a partir do exemplo da Lapa carioca, a importância da memória enquanto um atributo mercantilizador de um lugar. Localizada na área central da cidade e reunindo casas noturnas, bares e restaurantes, tornou-se importante complexo de entretenimento ao receber investimentos da esfera pública e privada. Com base no aproveitamento de seu traço simbólico atrelado à boemia, tais recursos valorizaram o local e geraram novas relações sociais.

Com a intenção de reforçar as reflexões sobre o fenômeno da urbanização turística, “Gênese da urbanização turística em Cabo Frio (1950-1978)” identifica o papel das políticas públicas para a segregação sócio-espacial e a privatização de espaços públicos. Demonstra que o turismo e o desenvolvimento urbano não se deram em função de um crescimento desordenado, tal como o senso comum propala, mas, ao contrário, tiveram origem em um projeto de cidade articulado por grupos específicos.

Trabalhando com a compreensão de que o projeto nacional pretendido para o Brasil independente pode ser visto como aquele que considera o urbano como mecanismo articulador das esferas regionais, “Sobre cidades e regiões: centralidades na província fluminense” revisa a formação espacial durante o século XIX. Discute a relação direta entre cidade e região no controle político-administrativo da província fluminense efetivado pela constituição de uma rede urbana.

À luz da distribuição de órgãos e de funcionários públicos, “Reformas administrativas e organização do espaço urbano na província do Rio de Janeiro: 1808-1850” explora questões relativas à gestão e seu vínculo com a criação e multiplicação das vilas, freguesias, cidades e comarcas na província do Rio de Janeiro. Este movimento, orquestrado pelo Estado em suas diferentes esferas, possuía como alvo a afirmação de seu poder nas mais distantes localidades.

Finalmente, “O território da saúde e a construção da nação. Santa Catarina, 1930-1945” observa a racionalização da estrutura administrativa pa-

trocinada pelo Estado durante o primeiro governo Vargas. Com a territorialização de políticas públicas através de investimentos na infra-estrutura da saúde pública, verifica que seus profissionais foram parte importante da organização social e tiveram suas representações sobre saúde e doença incorporadas ao processo de construção e modernização da nação.

Rio de Janeiro, novembro de 2010.

*Fania Fridman**

* Professora associada do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro onde coordena o Gesthu. Autora dos livros *Donos do Rio em nome do Rei (Zahar)* e *Paisagem estrangeira (Casa da Palavra)*, publicou artigos sobre a temática espacial carioca e fluminense. É pesquisadora do CNPq e Cientista do Nosso Estado pela Faperj.

Parte I
Cidades: programas, representações e percursos

A desruralização da cidade como expressão da ruptura do metabolismo entre cidade e campo: o exemplo do Rio de Janeiro de fins do século XIX

Leonardo Soares dos Santos

Numa bela análise do possível legado do pensamento de marxista para a crítica ecológica moderna, Michael Löwy defende, entre outros pontos, que “a crítica do capitalismo de Marx e Engels é o fundamento indispensável de uma perspectiva ecológica radical”.¹ Isso se deve fundamentalmente à crítica realizada por Marx a um dos princípios fundadores do produtivismo capitalista, que pode ser melhor traduzido pela “teoria da ruptura do metabolismo entre as sociedades humanas e a natureza” que tem lugar nesse modo de produção econômica.² Em termos concretos isto quer dizer que o capitalismo instaura uma ruptura no sistema de trocas materiais entre o homem e o meio ambiente. Mas para que isso aconteça é necessário que tal sistema instaure uma série de mecanismos que garanta a exploração tanto dos trabalhadores quanto da natureza, a um só tempo e sob uma mesma “lógica predatória”.³ Marx definirá tal processo como “um sistema de exploração geral das propriedades da natureza e do homem”. Por esse prisma, o capital consegue imprimir sua obra “civilizatória” na medida em que consegue transformar a natureza e a atividade criadora do homem (trabalho) em mercadorias.

Assim, o metabolismo entre homem e natureza cede lugar aos mecanismos de reprodução de uma economia de mercado. Vejamos como esse fenômeno de caráter geral se expressa concretamente no contexto bem mais específico das transformações urbanas experimentadas na cidade do Rio de Janeiro, atentando para a questão do processo de desruralização da área urbana que tem lugar durante esse período.

* * *

O historiador francês Jacques Le Goff pontua que a dinâmica urbana que vigorava nas grandes cidades da Europa medieval era marcada por uma relação bastante peculiar entre usos urbanos e rurais. A “Cidade” e o “Campo” tinham funções distintas, mas complementares. Havia sim uma fronteira entre tais pólos, mas tratava-se de uma fronteira bastante porosa. As tentativas por parte de administradores de algumas cidades em estabelecer normas e

¹ LÖWY, Michael. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 20

² idem. pp. 26-27.

³ idem. p. 30.

regras mais rígidas entre os “dois mundos” por meio de decretos e posturas logo caíam em esquecimento sob o peso de uma prática cotidiana onde rural e urbano se misturavam. Sublinha ainda Le Goff que tal característica só viria a perder fôlego no século XIX: é quando se inicia o processo de “desruralização” das cidades.⁴ Outro historiador francês, Fernand Braudel nos apresenta essa interessante descrição a respeito das funções agrícolas desempenhadas por alguns dos principais núcleos urbanos da Europa, já na chamada “Idade moderna”:

[...] até o século XVIII, mesmo as grandes cidades conservam atividades rurais. Abrigam pastos, guardas rurais, lavradores, viticultores (até em Paris); têm *dentro e fora* das muralhas um cinturão verde de hortas e pomares e, mais longe, campos por vezes repartidos em três folhas, como em Frankfurt-am-Main, em Worms, na Basileia ou em Munique. Na Idade Média, o barulho do mangual pode ser ouvido em Ulm, Augsburg ou Nuremberg, até as imediações da *Rathaus*, e os porcos são criados nas ruas em liberdade, tão sujas e tão cheias de lama que é preciso usar andas para atravessá-las ou fazer pontes de madeira de um lado para o outro. Na véspera de uma feira, em Frankfurt, cobriam-se às pressas as ruas principais com palha ou aparas de madeira. Quem poderia pensar que em Veneza, ainda em 1746, foi preciso proibir a criação de porcos “na cidade ou nos mosteiros”.⁵

Quando passamos a olhar mais detidamente o caso do Rio de Janeiro no período da chamada *Belle Époque* (passagem do século XIX para o XX), podemos ver o quanto o seu urbanismo era influenciado pela matriz europeia de raiz medieval. A mistura de usos urbanos e rurais é reveladora.⁶ Ao invés de fronteiras rígidas, o que se tinha era um grande vaivém entre esses diferentes usos, entre essas diferentes modalidades de relação dos agentes humanos com o meio ambiente. Em lugar de uma oposição absoluta, uma relação de complementaridade, vendo-se em diversos momentos um se debruçando sobre o outro. Se voltarmos um pouquinho na história da cidade, lá no período colonial, teremos a oportunidade de conhecer uma figura como Antonio Salema que, segundo nos informa o historiador e memorialista Adolfo Rios Filho, tinha como principal objetivo durante a sua administração como governador do Sul do Brasil a partir de 1753 fomentar a agricultura na cidade do Rio de Janeiro:

Como homem prático, compreendeu necessitar a cidade de viver do campo. Para isso, suas vistas se voltaram para a zona sul, onde abundavam os terrenos altos e, por isso, enxutos, e água em abundância: a da vasta lagoa

⁴ LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988. pp. 32-33.

⁵ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 446.

⁶ Ver a esse respeito o instigante trabalho de RODRIGUES, Vitor Lima. *Revisitando os semeadores de cidades: visões sobre as cidades coloniais portuguesas no Brasil*. Niterói, Trabalho de Conclusão de Curso em História, 2009.

de Sacopenapã e a de vários rios que a carreavam das montanhas, com despejo na lagoa. E melhora o Engenho d'El-Rei.⁷

O fato do Rio de Janeiro ter como principal referência urbanística a cidade de Lisboa e outras cidades portuguesas, cuja configuração era marcadamente inspiradas em princípios medievais, contribuiu para o fomento de uma coexistência de usos urbanos e rurais no perímetro urbano.⁸ Tal coexistência era própria do metabolismo das cidades que vigoraria por toda a *era moderna*.⁹ E em tal metabolismo, a distinção entre rural e urbano não implicava em supressão do primeiro pelo segundo. Como veremos a seguir, esse metabolismo muda radicalmente a partir do momento em que se vêem consolidadas as bases de uma economia de mercado, a qual engendrará um setor específico que atuará sobre o controle da terra: o mercado imobiliário.¹⁰ Fenômeno este que traduz concretamente a transformação da terra em mercadoria. Até então, as necessidades de abastecimento da sociedade, por exemplo, eram reguladas pelo costume e por certos mecanismos tradicionais que atuavam diretamente sobre a produção. Com o mercado imobiliário, a terra se voltará quase que exclusivamente (assim como o trabalho, também transformado em mercadoria) para a satisfação das necessidades não da organização social mais ampla, mas da economia de mercado, ou melhor dizendo, do capital.¹¹

A propósito, vejamos então a justificativa apresentada pelo governo português para excluir as rendas oriundas das atividades agro-pastoris da cobrança da décima urbana ainda no período colonial: para que “pesem o menos que se possa à agricultura, verdadeiro e o inesgotável manancial da riqueza dos Estados”.¹²

Esta pode ter sido uma boa razão para o fato de terem sido estabelecidas tantas chácaras no perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro. Os historiadores Vieira Fazenda e Vivaldo Coaracy informam em seus trabalhos sobre um sem número de chácaras que ocupavam o núcleo urbano *original*, destacando-se os das ordens religiosas como a os beneditinos (Morro de São Bento), a dos jesuítas (Morro do Castelo) e a dos franciscanos (Morro de Santo Antônio). Paulo Berger nos conta que famosos logradouros existentes

⁷ RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. “Evolução urbana e arquitetônica do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII (1567-1699)”, *Revista IHGB*, v. 288, julho-set. 1970. p. 229.

⁸ Moses Finley vai mais longe ao afirmar que tal perspectiva (integração entre usos urbanos e rurais) era marcante na paisagem urbana das cidades da Grécia Antiga, sob a hegemonia de Atenas. Segundo ele, a cidade e o campo constituíam uma unidade, “não como variáveis distintas em competição ou conflito, real ou potencial. Inclusive os agricultores que viviam fora da cidade, estavam integralmente na *polis*.”, In: FINLEY, Moses I. *La Grecia Antigua*. Economía y sociedad. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 37.

⁹ Retomo aqui uma expressão de Benchimol (p. 84). Ver também LOWY, Michael. op. cit.

¹⁰ POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980. pp. 84-85.

¹¹ idem. pp. 83-84.

¹² CAVALCANTI, Nireu. *A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: as muralhas, sua gente, os construtores (1710-1810)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado, UFRJ, 1997. p. 411.

até hoje foram originalmente construídos para dar acesso a algumas dessas propriedades. A rua da Quitanda era antigamente o caminho que levava à chácara dos frades de São Bento. Já a rua da Alfândega fora o caminho que levava ao Engenho Pequeno dos Jesuítas.¹³ Ainda no século XIX, podiam ser encontradas, conforme atestam documentos da administração local, várias “casas com horta e quintal e chácara”, junto de casas de vivenda, lojas, armazéns, açougues, trapiches, cocheiras, senzalas, casas de banho etc.¹⁴ Outro exemplo ilustrativo é o da antiga e célebre rua de Mata Porcos. Um texto da Revista da Diretoria de Engenharia nos esclarece o porquê desse nome: “Neste sitio coberto de arvoredos silvestres se criavam além de caças grossas, abundantes varas de porcos, que, depois de mortos, eram conduzidos à cidade. Por isso, ficou conhecido com o nome, corruptamente expressado, de Mata-Porcos, devendo-se dizer Mata dos porcos.”¹⁵

Assim como tantas outras cidades do Brasil e da América Latina como um todo¹⁶, a cidade sofria desde os tempos coloniais com a precariedade do sistema de abastecimento de gêneros. Ela não possuía meios e nem infraestrutura de transporte adequada nem para contatos com regiões limítrofes ao centro, quicá com regiões especializadas na produção de gêneros (se é que eles realmente existiam). Além disso, não se pode deixar de levar em consideração o estágio tecnológico da época, o qual influía nas formas de distribuição e comercialização dos alimentos, sem contar que não havia ainda formas de conservação dos alimentos mais rapidamente perecíveis. Em razão disso, a pequena produção agrícola para o auto-abastecimento se apresentava como algo que ajudava a contornar tais problemas. Era também a forma possível no horizonte daquela época. Nelson Omeña, enfocando a conjuntura colonial, procura formular assim a questão:

Os proprietários rurais, eventuais moradores dos núcleos urbanos, tenderam a transferir para estes os seus programas de auto-suficiência, transportando e aproveitando parcelas de sua produção rural, e mesmo instalando, em escala reduzida, no próprio meio urbano, a produção de alimentos. (...) Os quintais das chácaras da periferia, e mesmo as residências mais centrais, teriam seus pomares, suas criações de animais domésticos e suas hortas. Crônicas e documentos mencionam, com frequência, as vantagens dos pomares urbanos, em especial os dos conventos, que se espalhavam em torno dos núcleos principais.¹⁷

¹³ BERGER, Paulo. *Dicionário Histórico das Ruas do Rio de Janeiro – I e II Regiões Administrativas (Centro)*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Ed. Ltda, 1974. p. 32.

¹⁴ CAVALCANTI, Nireu. Op. cit. p. 418.

¹⁵ Prefeitura do Distrito Federal. Revista da Diretoria de Engenharia. Ano III, nº 11, julho de 1934. p. 36.

¹⁶ Sobre o caso de Buenos Aires ler FERRERAS, Norberto Osvaldo. *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*. Niterói: EdUFF, 2006.

¹⁷ OMEÑA, Nelson. Op. cit. p. 44.

Tamanha era a dificuldade do abastecimento de alimentos, que até os funcionários da Fazenda Real eram forçados a ser lavradores ou agricultores.¹⁸ Além disso, não esqueçamos que as atividades agrícolas movimentavam um significativo comércio no espaço urbano, basta pensar por exemplo nos meios de transportes da época, todos movidos por força animal. Como alimentá-los? Onde guardá-los, visto que não era econômico e viável (dadas as péssimas vias de transporte da época) transportá-los para lugares distantes do centro? Ao menos no início do século XIX havia, comprovadamente, 115 chácaras no centro da cidade, instaladas especialmente para satisfazer tais necessidades. Todas elas dotadas de pastagens e estrebarias e local para guarda de equinos e veículos. Tal era a importância desse comércio que na visão do historiador Nireu Cavalcanti, “possuir uma cocheira na área mais construída e central da cidade, representava ‘status’ social só compatível com o nível de negociantes de ‘grosso trato’(...)”. O mesmo autor lembra ainda que o comércio de graminea era tão rendoso a ponto de um logradouro da cidade passar a ser chamado de “largo do capim”.¹⁹ Gilberto Freyre sustenta que os arredores do Rio, assim como os de Recife e Salvador, foram se tornando, “na primeira metade do século XIX, principalmente áreas de plantação de capim ou forragem para o crescente número de animais a serviço dos ricos das cidades.”²⁰ Este autor assinala ainda que nesta mesma região era vasta a plantação de “vegetais e frutas de fácil cultura que eram consumidos mais por escravos do que por senhores, mais por pretos do que por brancos – inhame ou cará, taioba, quiabo, abóbora ou jerimum, banana [...]”.²¹

Segundo o autor acima, as chácaras sempre foram elemento marcante das cidades brasileiras. O comentário que faz sobre a segregação sócio-espacial nessas cidades traz elementos importantes a esse respeito:

Estabeleceram-se desde então contrastes violentos de espaço dentro da área urbana e suburbana: o sobrado ou a chácara, grande e isolada, no alto, ou dominando espaços enormes; e as aldeias de mucambos e os cortiços de palhoças embaixo, um casebre por cima do outro, os moradores também, um por cima do outro, numa angústia anti-higiênica de espaço. Isto nas cidades de altos e baixos como o Rio de Janeiro e a capital da Bahia. No Recife os contrastes de espaço não precisaram das diferenças de nível. Impuseram-se de outro modo: pelo contraste entre o solo preciosamente enxuto e o desprezivelmente alagado, onde se foram estendendo as aldeias de mucambos ou casas de palha.²²

¹⁸ Idem. p. 149.

¹⁹ CAVALCANTI, Nireu. *Op. cit.* p. 423.

²⁰ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.* p. 405.

²¹ Idem.

²² idem. p. 37. A ocupação dessas áreas por chácaras nessa época já era descrita por Joaquim Manuel de Macedo e Machado de Assis em algumas de suas obras. Do primeiro temos *A luneta mágica* – “Eu subia sempre; o silêncio da noite era só interrompido pelo latir dos cães que, sentinelas vigilantes, guardavam as chácaras.” (p. 154) – e do segundo temos *Ressurreição* –

A região sul da cidade (os atuais bairros de Botafogo, Catete e Glória) também era ocupada por inúmeras chácaras que vinham sendo retalhadas a partir das primeiras décadas do século XIX. As demais classes, com pouco poder de mobilidade, como trabalhadores livres e escravos de ganho, se apertavam cada vez mais nas outras freguesias urbanas, especialmente as de Santa Rita e Santana. Alguns anos mais tarde, as áreas de São Cristóvão, Tijuca e Glória, antigos arrabaldes da corte, passam a ser tão procurados pelas classes mais ricas para estabelecerem residências fixas que são transformadas em freguesias urbanas. Há uma passagem bem ilustrativa de um romance de Machado de Assis, *A mão e a luva*, que toca exatamente sobre esse tema. Aqui Machado descreve o local onde morava um grande amigo de Estevão, o protagonista da estória e que sinaliza bem o tipo de região que vai sendo adotada como local de moradia da aristocracia da cidade: “A casa de Luís Alves ficava quase no fim da praia de Botafogo, tendo ao lado direito outra casa, muito maior e de aparência rica. A noite estava bela, como as mais belas noites daquele arrabalde.”²³ Em outro momento, a narrar um pouco da vida de Luís Garcia, o protagonista de *Iaiá Garcia*, Machado de Assis acaba dando alguns detalhes sobre sua chácara em Santa Tereza:

A vida de Luís Garcia era como a pessoa dele – taciturna e retraída. Não fazia nem recebia visitas. A casa era de poucos amigos; havia lá dentro a melancolia da solidão. Um só lugar podia chamar-se alegre; eram as poucas braças de quintal que Luís Garcia percorria e regava todas as manhãs. Erguia-se com o sol, tomava do regador, dava de beber às flores e à hortaliça.²⁴

Eram em tais chácaras que setores da elite satisfaziam suas necessidades de consumo. Sendo que para isso contavam com o largo emprego de mão-de-obra escrava. Comentando sobre as atividades desenvolvidas pelos “escravos domésticos” no século XIX, Jaime Benchimol lembra que nas chácaras urbanas, “a execução dos serviços domésticos ligados à economia natural doméstica – cozinhar, tecer etc. – combinava-se com a produção agrícola de subsistência que podia ser comercializada, entrando assim, no circuito do abastecimento de gêneros alimentares à cidade”.²⁵

É significativo que ao analisar os anúncios de sobrados do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX, Gilberto Freyre verifique que a “arquitetura nobre então dominante nas ruas do centro da cidade” não era ape-

“Naquele dia, – já lá vão dez anos! – o Dr. Félix levantou-se tarde, abriu a janela e cumprimentou o sol. O dia estava esplêndido; uma fresca bafagem do mar vinha quebrar um pouco os ardores do estio; algumas raras nuvenzinhas brancas, finas e transparentes se destacavam no azul do céu. Chilreavam na chácara vizinha à casa do doutor algumas aves afeitas à vida semi-urbana, semi-silvestre que lhes pode oferecer uma chácara nas Laranjeiras. (p. 31).

²³ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. São Paulo: Catania editora, s.d. p. 31.

²⁴ ASSIS, Machado de. *Iaiá Garcia*. São Paulo: Ática, 1973. p. 8. Ler também *Vida Vertiginosa*, de João do Rio.

²⁵ BENCHIMOL, Jaime Larry. op. cit., p. 127.

nas constituída de tetos de estuques, dos papéis de forro, das varandas de ferro, mas também de cocheiras, de jardins e de hortas.²⁶

Mas tal tipo de atividades agrícolas ainda era importante na virada do século XIX para o XX? É provável que sim, mas certamente não com a mesma intensidade encontrada outrora. A valorização imobiliária do centro, a eletrificação dos bondes em 1906 (um duro golpe para os comerciantes de capim e donos de estrebarias) e a própria repressão proporcionada pelas posturas municipais contra as atividades agrícolas no meio urbano foram gradativamente fazendo recuar as chácaras para os chamados arrabaldes. Ao passo que ainda eram abundantes, no início do século XX, em lugares como Botafogo, Leblon, Laranjeiras, São Cristóvão e Engenho Velho, elas foram se tornando escassas no centro da cidade. Sendo ainda bastante visíveis nos altos de morros como o do Castelo, São Bento, Santo Antônio e Santa Tereza. Contudo, não se pode descartar a hipótese de que houvesse várias outras chácaras, só que bem menos visíveis, no fundo de prédios e terrenos. Mesmo porque não se pode esquecer que havia ainda no centro inúmeras construções identificadas como tipicamente rurais, os chamados casarões e chalés. Aliás, neste ponto tocamos numa questão importante: o rural se expressava não apenas nos usos, mas era associada a determinados tipos de construção.²⁷ Em vários casos os dois aspectos se misturavam: a construção rural dava ensejo a práticas rurais em seu interior. Os antigos casarões tinham bastante espaço em seus fundos, bastante convidativo para a realização de alguma cultura, ainda mais se levarmos em consideração que a obtenção de gêneros era uma questão problemática na época (carestia, escassez, baixa qualidade dos produtos oferecidos). O que impedia alguém de aproveitar o espaço daquele pátio ou quintal para plantar algo que complementasse as suas refeições, como uma fruta depois do almoço, sem contar as vantagens de uma boa sombra oferecida pelas árvores frutíferas, detalhe nada desprezível numa cidade tão quente e abafada como o Rio de Janeiro? Bem a seu estilo, Gilberto Freyre comenta o assunto: “Havia sempre nos jardins das chácaras, um parreiral, sustentado por varas ou então colunas de ferro: parreiras com cachos de uva doce enroscando-se pelas árvores, confraternizando com o resto do jardim. Recantos cheios de sombra onde se podia merendar nos dias de calor”.²⁸ Com base em relatos de Gastão Cruls, aquele autor destaca

terem sido o regalo dos garotos que cresciam na antiga Corte e recém-criada Capital Federal, o cambucá, o abiu, a grumixana, o cajá, a manga, o sapoti, a fruta-do-conde, o jambo-rosa, o jambo-de-carçoço – frutas, quase todas, que se encontravam nas árvores dos vastos fundos de sítios ou simplesmente de quintais das casas da maior parte da burguesia brasileira do fim do Império e do começo da República.²⁹

²⁶ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 331.

²⁷ Ver a respeito OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. Brasília: EBRASA, 1971. p. 23.

²⁸ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 202.

²⁹ Idem.

Mas atentemos melhor para esse aspecto: a incorporação das chácaras urbanas pelo capital imobiliário. Geralmente quando se trata de analisar a expansão urbana da cidade, o pesquisador do assunto é tentado a concentrar sua atenção sobre as chácaras e sítios que vão sendo parcelados nos arrabaldes e subúrbios. Entretanto cabe destacar que esse processo se inicia no próprio centro da cidade. E é nesse tipo de território que a expansão da urbanização, que nada mais é do que a expressão do desenvolvimento do capitalismo no espaço da cidade, revela com maior nitidez alguns aspectos específicos desse modo de produção social e espacial. Nessa conjuntura, o metabolismo das cidades – que antes se pautava numa coexistência entre rural e urbano – passa a se apoiar na tentativa ininterrupta de supressão de toda a estrutura material da cidade e das tramas sociais que ela acolhe com o objetivo de transformá-las em meios integralmente voltados para a satisfação das necessidades do capital, ou seja, a cidade aqui passa a ser entendida não mais do que um meio de produção. Ocorre com ela um processo em muito semelhante ao descrito por Karl Polanyi em relação ao trabalho e à terra: tal como esses dois elementos, a cidade é incluída nos mecanismos de mercado, o que implica que a partir de então seu destino e a sua própria substância são subordinados às leis de mercado.³⁰

O caso do Rio de Janeiro de final do século XIX é extremamente representativo. Não só as chácaras que circundavam a cidade, como as que estavam em seu interior são retalhadas, descaracterizadas ou mesmo suprimidas em função dos imperativos do crescente mercado imobiliário. De meio de satisfação de necessidades sociais, as chácaras se tornam meras mercadorias. Mas para que isso ocorresse, era preciso liberar, no sentido mais literal que essa palavra possa ter, um outro fator de produção: a mão-de-obra. Não é uma simples coincidência que as chácaras urbanas – que eram movidas pelo trabalho escravo – passassem a desaparecer do cenário urbano quase que na mesma época em que se consolida a expansão de um mercado de mão-de-obra baseado no trabalho livre-assalariado, o que se vê com maior nitidez a partir da década de 1870. O processo de constituição do mercado imobiliário (a mercantilização da terra) é o mesmo que explica a constituição de um mercado de mão-de-obra (a mercantilização do trabalho).³¹ E tal processo de metabolismo social, típico do capitalismo, pode ser sintetizado, segundo Karl Marx, como um “sistema de exploração geral das propriedades da natureza e do homem”, por meio da qual se estabelece “uma rede que engloba todos os membros da sociedade”.³²

Nesse contexto, temos que além do trabalho, da terra e do próprio dinheiro, até mesmo as necessidades mais vitais do homem sejam transmutadas

³⁰ POLANYI, Karl. op. cit., p. 84.

³¹ Idem.

³² Apud. LÖWY, Michael. op. cit., p. 25.

em mercadorias. Falemos agora de uma das mais elementares: a necessidade do homem em se alimentar. Vejamos como as modificações do metabolismo social, provocados pela ascensão do das relações de produção capitalista que tem lugar na cidade do Rio de Janeiro naqueles anos, repercutem sobre o modo com que boa parte de quem vivia na cidade buscava obter os gêneros necessários a sua subsistência.

O comércio ou simples criação de animais, assim como o cultivo de gêneros agrícolas, era ainda bastante presente no centro da capital em fins do século XIX. Vendedores de perus, porcos, galinhas, passeavam com suas crias pelas ruas da cidade. Eles constituíam o chamado comércio ambulante da cidade, o mesmo que a partir do governo Pereira Passos sofreria forte repressão. Mas o que mais se destacava no comércio desse gênero – o de alimentos de origem animal –, que segundo palavras de Luiz Edmundo era “o mais vergonhoso de todos esses ambulantes do começo do século”, era o leiteiro, sempre acompanhado de sua “esquelética vaca”, segundo palavras do cronista. Vejamos como o autor busca caracterizar tal atividade – e que dá bem a dimensão da forma como os poderes públicos viam a questão no início do século:

O vendedor de leite, que usa barba passa-piolho e tamancas, é dos primeiros ambulantes a surgir na rua mal-desperta, puxando por uma cordinha curta o ruminante de seu comércio, magro e pachorrento, duas ou três chocalhantes campainhas dependuras ao pescoço bambo e pelancudo. E logo o homem da ajudância no serviço, atrás, ordenhador astuto da alimária, mágico avisado, capaz de transformar, à vista do freguês, sem que esse perceba, a água que está dentro de múltiplas vasilhas, em leite, e do melhor! Vem, depois, o bezerro, de focinheira de couro, esfaimado e triste-nho, preso à cauda da sua pacata genitora. Quem pensar que ele, entanto, no quadro, serve apenas como elemento decorativo, engana-se, porque, quando a mão do ordenhador já não mais ordenha o leite recalcitrante, empacado na glândula mamária da leitera, lá vem o bezerrote para o trabalho da sucção, que é tanto mais violento quanto maior é a ânsia do triste em libar o alimento que tanto lhe recusam. Com três ou quatro arrancadas vaza a teta, mas logo a focinheira de couro lhe chegam de novo, para que possam, aí, entrar em função: a mão calosa do vendedor, a vasilha da água e a vasilha do leite...³³

Relato também rico é o de Gilberto Freyre em seu *Ordem e Progresso*, com base em depoimento oferecido a ele por Joaquim Amaral Jansen. Aqui ele testemunha o quanto a venda de leite tirado diretamente da vaca se integra no chamado comércio ambulante da cidade:

Joaquim só avistava da rua o que a rua lhe levava até ao portão ou à varanda ou às janelas da casa. Não era pouco mas ele agora começava a descobrir que não era tudo. Era o leiteiro, quase sempre chamado Manuel, bigodudo e português, vendendo a dois vinténs o copo de leite, tirado na própria rua

³³ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro de meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. pp. 57-58.

do peito da vaca: leite talvez contaminado pela mão nem sempre limpa do portuga; mas fresco e de ordinário sem água. Era o vendedor de perus, trazendo suas aves sobre enormes varas de bambu: ‘perus de boa roda’, se a-pregoava naqueles dias.

(...) Também à porta da casa de Joaquim vinha o vendedor ou freguês de verdura, com balaio ou cestas, sustentados por compridas varas que o vendedor punha aos ombros, à maneira madeirense; e das cestas transbordavam legumes frescos e alguns cheirosos, com todo o seu esplendor de vermelhos, verdes, amarelos. Vinha o vendedor de frutas. Vinha o de peixe. Vinha o de camarão. Vinha o de galinhas. Cada um com seu pregão, com seu tipo de cesto, com seu cheiro que da rua chegava às casas.³⁴

Embora fosse grande o seu trânsito no centro do Rio, parece que pouco a pouco a maior parte das vacas que forneciam o leite fresco aos consumidores passou a ser criada em estábulos localizados em lugares mais afastados dos subúrbios. Quanto mais se avança nas primeiras décadas do século XX, podemos notar que vão escasseando pouco a pouco os anúncios de aluguel de estábulos e pastos no centro da cidade. Tal criação é terminantemente proibida pelo governo Pereira Passos pelo Decretos nº 370 e nº 376 de janeiro de 1903.³⁵ Ficava determinada a proibição da ordenha de vacas nas vias públicas, além de proibir também a adição de substâncias estranhas, tornava obrigatória a vacinação com tuberculina desses animais e imprimia instruções mais rigorosas para a fiscalização dos estábulos, não apenas da zona urbana como das zonas suburbanas e rurais da cidade. Ainda estão por vir a lume pesquisas que demonstrem efetivamente se tais leis e normas foram seguidas e cumpridas na prática, quanto mais em se tratando de áreas afastadas da zona urbana. De toda forma, o caso de José Gonçalves Cardozo, “proprietário do estábulo sito à rua 4 de Dezembro nº 2 (Villa Ipanema) freguesia da Gavêa”, isto é, bastante distante da área central da cidade, parece-nos no mínimo instigante. Em 29 de agosto de 1906, ele se escreveria ao Prefeito Pereira Passos pedindo

para que seja as vaccas do referido estab. Vaccinadas, outros sim, também pede relevação da multa que pagou como se vê do talão que junta a esta por não têr pedido a vacinação a mais tempo, porém, o supp. pede venia para ponderar a Vex que se não providenciou a mais tempo n'este sentido, foi unicamente por absoluta ignorancia e não por desrespeito as leis do Paiz, porquanto, a Supp. É estrangeira, e n'esta qualidade nunca procurou desacatar as autoridades constituídas.³⁶

Situação parecida se daria em relação a outras criações de outros animais. Galinhas, perus, cabritos, como eram de muito menor porte – embora

³⁴ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, pp. 87-88.

³⁵ BENCHIMOL, Jaime Larry. *op. cit.*, p. 311.

³⁶ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (doravante AGCRJ). *Requerimentos*. fl. 123. Para o infortúnio de José Gonçalves, mesmo após “apelar” para o “caracter justiceiro” do Prefeito, teria seu requerimento indeferido por ele cerca de um mês depois.

não tão pacatos quanto as vacas – ainda tinham condições de serem criados em chácaras, quintais e pátios situados no perímetro urbano. É possível que alguma criação desse gênero tenha ocorrido em alguns cortiços, a exemplo de alguns *conventillos* em Buenos Aires.³⁷ Em algumas imagens de cortiços produzidas pelo fotógrafo Augusto Malta é possível ver o grande espaço que alguns deles tinham em seus fundos, o que proporcionaria uma pequena criação em seu interior. Aluísio de Azevedo deixa levemente entrever essa possibilidade ao narrar uma situação que se passava nos fundos do cortiço de João Romão:

Desde que a febre de possuir se apoderou dele totalmente, todos os seus atos, todos, fosse o mais simples, visavam um interesse pecuniário. Só tinha uma preocupação: aumentar os bens. Das suas hortas recolhia para si e para a companheira os piores legumes, aqueles que, por maus, ninguém compraria: as suas galinhas produziam muito e ele não comia um ovo, do que no entanto gostava imenso; vendia-os todos e contentava-se com os restos da comida dos trabalhadores.³⁸

Num texto de 1886, intitulado *Os meios de melhorar as condições das habitações destinadas às classes pobres*, Vieira Souto chega a apontar para esta situação encontrada nos cortiços. É claro, o aponta sob um viés especialmente pejorativo:

... aos cortiços não faltam somente ar e luz; a escassez do espaço; a ausência de distribuição racional de arranjos interiores; a péssima qualidade dos materiais de que são construídos; a falta absoluta de drenagem do solo e edifícios; a insuficiência d'água, latrinas e esgotos; a singular convivência que não raro estabelecem os inquilinos com galinhas e porcos; e mais que tudo a aglomeração dos indivíduos, só comparável à dos animais nos estábulos, transformam estes tristes abrigos das classes proletárias da capital do Império em repugnantes pocilgas, que não parecem habitações da pobreza laboriosa, porém antros de miséria e degradação...³⁹

Apoiado em testemunhos da época, Gilberto Freyre comenta que as primeiras “cabeças-de-porco” da cidade – isso em torno da década de 1880 – tinham “espaços livres quase ridículos, de tão pequenos”, mesmo assim era nesse mesmo local “onde se lavava roupa, se criava *suíno, galinha, pato, passarinho*.”⁴⁰ O próprio *Cabeça de Porco*, o célebre cortiço localizado próximo ao Morro da Providência, informa-nos Lílian Fessler Vaz, tinha no seu interior “um armazém, várias cocheiras e galinheiro”. Acrescenta a autora que uma

³⁷ Ver a respeito VAZ, Lílian Fessler. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

³⁸ AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Ática, 1997. p. 24.

³⁹ Apud VAZ, Lílian Fessler. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002. p. 34.

⁴⁰ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, p. 351. (grifo meu).

“reportagem publicada 30 anos após a demolição” informava que havia ainda “bandos de crianças e todos os tipos de animais domésticos”.⁴¹

Assim como o comércio leiteiro, o de suínos também sofreria severa repressão a partir do governo “modernizador” de Pereira Passos. Nesse caso não só a criação como também a circulação deles pelas ruas da área central da cidade.

Dissemos há instantes que foram certas necessidades, mormente a de abastecimento, que contribuíram para a manutenção de hábitos rurais no centro da capital. Além disso, as atividades a eles ligadas faziam parte de um substancial comércio, haja visto que a cidade via aumentar expressivamente a sua população desde a década de 1870. A demanda por gêneros agrícolas, portanto, só fazia aumentar. Entretanto, nem todas essas necessidades eram estritamente de ordem econômica, ou para o provimento de necessidades elementares de subsistência das pessoas. Algumas observações colhidas nos escritos do famoso cronista João do Rio nos fazem pensar sobre a possibilidade da continuação de hábitos agrícolas ter se dado em razão da realização de práticas culturais de determinados grupos sociais que habitavam aquela área. É possível que algumas práticas rurais estivessem ligadas, também, a necessidades espirituais.

Em *As Religiões do Rio*, o conhecido *flâneur* se dedica a revelar as características das religiões, que não a católica, que povoavam as almas de muitos habitantes da cidade. Entre elas há grande destaque (praticamente metade do livro) para as religiões de origem africana. João do Rio escrevia que a população negra, que habitava maciçamente vários redutos do centro nessa época, notadamente os bairros de Gamboa e Saúde, se dividia em “duas grandes crenças: a orixá (dos minas) e a alufá (dos malês)”. Os adeptos da primeira cultuavam o candomblé e os da segunda eram os “seguidores do Alcorão”. Em relação ao nosso tema em particular, há vários detalhes interessantes apontados nas descrições que o cronista faz sobre os rituais de candomblé dos minas. Em primeiro lugar, a utilização de animais para realização daquelas é uma constante. Os animais mais utilizados são galinhas, galos, cabritos, bodes, carneiros, jabotys e porcos. Um segundo aspecto é que todos os representantes (os “pais-de-santo”) dessas religiões entrevistados por João do Rio habitavam o centro da cidade, era ali mesmo que faziam os seus rituais.

Não é demais lembrar que a área central do Rio, especialmente antes das reformas urbanas encetadas na cidade nas três primeiras décadas do noventa, era de forte presença negra. Esta se concentrava nas freguesias de Santa Rita, Santana, São José, principalmente as franjas do morro do Castelo. Eram áreas de grande circulação de pessoas, servindo, por isso, ao comércio ambulante e as áreas próximas aos morros se prestavam, desde os tempos da

⁴¹ VAZ, Lílian Fessler. “Notas sobre o Cabeça de Porco”, In: *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, abril de 1986, nº 2. p. 31.

escravidão, “para esconderijo, disfarce, ocultamento dos olhares preconceituosos e repressivos”.⁴² E o detalhe importante é que entre os negros havia o domínio do segmento nagô/ioruba, com seus ritos e comidas de santo, tão bem descritas por João do Rio e atestadas por estudos como o de Roberto Moura.⁴³

No caso específico da criação de galinhas a historiadora Lúcia Silva chama atenção para um aspecto realmente interessante: junto à criação de galinhas (dirigidas ao fornecimento de ovos e carne) é bem possível que fosse realizado também a criação de galos. E Lúcia observa que – com base em testemunhos de Luis Edmundo, fotos de Augusto Malta e em registros policiais – muitas pessoas das classes populares criavam galos, com cuidado e desvelo comparáveis ao que Clifford Geertz observou no caso balinês, para a disputa de rinhas. Este era um dos maiores lazeres daqueles segmentos na cidade.⁴⁴

Mas havia outra razão para que a criação de animais e plantação de gêneros fossem vistos por muitas pessoas não como um capricho mas como algo fundamental na difícil arte de levar a vida. Gilberto Freyre captou com extrema argúcia um elemento que – junto com a escassez – era bastante sentido pelas populações urbanas das cidades brasileiras até a virada do século XIX: a falsificação dos alimentos adquiridos no comércio. O sociólogo defende que tanto a plantação quanto a criação de subsistência no interior das cidades agia exatamente no sentido de minorar os efeitos de tal problema, ao menos para os segmentos mais ricos da população, cujas propriedades tinham espaço suficiente:

O regime de economia privada dos sobrados, em que se prolongou quanto pôde a antiga economia autônoma, patriarcal das casas-grandes, fez do problema de abastecimento de víveres e de alimentação das famílias ricas, um problema de solução doméstica ou particular – o animal abatido em casa quase sempre dispensando a carne de talho, as frutas do sítio em casa quase sempre dispensando as cultivadas para a venda regular no mercado, as cabras e vacas criadas nos sítios das casas nobres diminuindo a importância do problema de suprimento de leite para a população em geral.⁴⁵

Mas como vimos anteriormente a convivência entre usos urbanos e rurais seria objeto de severa repressão por parte das posturas municipais criadas ao tempo do governo de Pereira Passos. As ações implementadas daí em diante no sentido de consolidar um modelo de civilização e modernidade na cidade do Rio de Janeiro já são suficientemente conhecidas. Não restam muitas dúvidas de que foi na sua administração que os usos rurais foram objeto de

⁴² FARIAS, Juliana; SOARES, Carlos Eugenio; GOMES, Flávio dos Santos. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*: Arquivo Nacional, 2005. pp. 159-160.

⁴³ MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Depto. Geral de Doc. e Inf. Cultural. Divisão de Editoração, 1995. pp. 57, 87 e 103.

⁴⁴ SILVA, Lúcia. *Luzes e sombras na cidade: no rastro do castelo e da praça onze 1920- 1945*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Divisão de Editoração, 2006. p. 77.

⁴⁵ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*, p. 283.

uma perseguição sistemática como jamais vista em nenhum governo anterior. Contudo, isso não nos permite dizer que a remoção do rural do centro da cidade tenha sido exclusivamente resultado de medidas arbitrárias desse governo. A configuração desse processo é muito mais complexa e ultrapassa em muito o estrito âmbito das preferências pessoais do prefeito ou da sua obstinação em concretizar “delírios modernizantes”.⁴⁶ É preciso analisar o processo mais geral que tornava possível a concretização de tais *delírios*.⁴⁷ E tal processo atuava como uma incrível força no sentido de modificar o metabolismo das cidades e, por consequência, a própria experiência de diversos segmentos sociais e as relações tecidas no e a partir do território urbano. E esse processo é o da consolidação das relações capitalistas de produção no país, como um todo, e na cidade do Rio de Janeiro, em particular. E a base fundamental desse processo é a consolidação de um “sistema geral de exploração das propriedades da natureza e do homem”, como diria Marx, onde ele – o homem – só tem condição de satisfazer suas necessidades, mesmo a mais banal delas, subordinando-se aos seus princípios. Os quais residem concretamente no seguinte fenômeno – a transformação da terra, do dinheiro e da capacidade humana de trabalho em mercadoria. Fenômeno este de impacto fundamental sobre o metabolismo das cidades.

Parece-me que é a partir da consideração desse processo mais geral é possível avaliar com maior precisão uma questão que ainda permanece em aberto: como e por que a convivência rural-urbano passa a ser vista como algo inaceitável? A questão de se saber como os usos rurais passam a ser entendidos como impróprios ao espaço urbano, seja pelas autoridades encarregadas da administração da cidade seja pelas “pessoas do povo”, parece estar implicada num processo cujas raízes extrapolam em muito o recorte temporal do presente estudo e que tem a ver com a consolidação de um saber médico que tem como um de seus eixos de articulação a formulação e imposição de medidas de higiene e salubridade ao processo de vida cotidiana das populações das cidades. Mas esse saber médico se impõe na medida em que o desenvolvimento do processo de acumulação capitalista cria a necessidade de oferta constante da mão-de-obra livre no mercado. Nesse sentido, as reformas sanitárias e a consolidação de um discurso higienista estão intimamente ligadas às necessi-

⁴⁶ Citemos apenas o trecho deste importante testemunho de época, a comédia *O Badejo*, de Artur Azevedo, encenada pela primeira vez em 1898. Aqui o personagem João Ramos dá detalhes dos hábitos de consumo que muito se assemelham aos ambicionados e praticados pela elite carioca da *Belle Époque*, cujas raízes extrapolam em muito o período do governo Pereira Passos. Vejamos como o personagem comenta o almoço organizado para o noivado de sua filha: “– O almoço com certeza vai custar-me uns duzentos mil-réis, afora os vinhos; mas se caso a Ambrosina, ainda é barato. Porque muito me custa a senhorita. Das minhas rendas a metade vai-se em vestidos, chapéus, leques e luvas. Espetáculos, bailes e concertos; ela casada, cessam tais despesas;” – AZEVEDO, Artur. *O Badejo*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

⁴⁷ Inspiro-me na discussão travada por K. Marx a respeito da necessidade do estudo dos processos mais abrangentes de modo a compreender as desigualdades de poder entre os grupos sociais. Ler do autor “Salário, Preço e Lucro”. In. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

dades de reprodução da mão-de-obra em um sistema capitalista. Daí a grande ofensiva contra a criação de vacas e porcos, o seu trânsito pelas ruas da cidade, as medidas contra a adulteração do leite de vaca e o esforço da municipalidade em empurrar os estábulos para os lugares mais distantes dos subúrbios: tais criações eram importantes focos de doenças que ameaçavam a “saúde” dos habitantes das áreas urbanas, o que podia comprometer essa valiosa “mercadoria”: sua capacidade de trabalho.

É preciso lembrar que atuando contra essas pequenas criações de animais e contra o cultivo de hortas, por exemplo, a Municipalidade provavelmente tivesse a consciência de que assim agindo ela estaria atingindo dois alvos: a) inviabilizar formas tradicionais de consumo alimentar ligados aos setores populares, o que era essencial para que continuassem habitando aquela área; b) abrir espaço para a exploração do abastecimento alimentar da população pelo grande capital comercial. Jaime Benchimol lembra que enquanto baixava estas determinações, o governo de Pereira Passos “promovia a construção de mercados na cidade”, o que atendia a interesses ligados “ao poderoso comércio atacadista do Rio e ao capital estrangeiro”.⁴⁸

Há que se considerar também a influência exercida pelo capital imobiliário, que assim como tem peso decisivo na desapareição das chácaras no perímetro urbano, também atua de maneira eficaz na desarticulação das práticas rurais naquele contexto. A consolidação desta modalidade de mercado contribuiu para a constituição de novas formas de apropriação do espaço da cidade, sempre no sentido de fazer com que cada metro quadrado fosse o mais lucrativo possível. O próprio mercado imobiliário atuava de forma seletiva, tornando obsoletas e fora de contexto a existência de atividades rurais no perímetro urbano. A produção do espaço passava a se dar agora por meio de parâmetros racionais próprios do capitalismo. Os compromissos estabelecidos em função de uma economia escravista – e na qual a mistura de usos urbano e rural encontrava sentido – estavam se esgotando em razão das próprias transformações por quais passava a cidade. Não só o espaço mudava, mas a relação com esse espaço também. A visão da via pública como um espaço de sociabilidade, de encontro, de lazer, perdia força num contexto em que ela passava a ser pensada prioritariamente como meio de circulação de mercadorias. Circulação esta, diga-se de passagem, concebida nos termos do capitalismo industrial e financeiro, no qual as necessidades de transportes são elas mesmas objeto de crescente mercantilização e que nada tinha a ver com as modalidades de transporte típicas do período escravista, tornando anacrônicas e insustentáveis

⁴⁸ BENCHIMOL, Jayme Larry. op. cit., p. 283. Informa-nos o autor: “Em 4 de julho de 1903, foi revalidado o contrato com Manuel Costa (de 4 de Setembro de 1900) para a construção e exploração de 15 pequenos mercados na zona urbana e suburbana do Distrito Federal, nos seguintes locais: Praça da Harmonia, Praia do Russel, Praia de Botafogo, Campo de Marte, Catumbi, Largo dos Guimarães (Santa Teresa), Tijuca, São Cristóvão, Voluntários da Pátria, Vila Isabel, Méier, São Francisco Xavier, Senado e Copacabana.” (idem)

a utilização de bois, o trânsito de vacas, de porcos e de perus, ou livre-circulação de vísceras de reses pelas ruas etc. Ou seja, a consolidação de uma economia de mercado implicou na produção de uma nova racionalidade e disciplinarização do espaço público.

Dentro desse aspecto há que se considerar também a própria intensificação do comércio de gêneros alimentícios da cidade com áreas mais distantes, como São Paulo, Minas Gerais e até Rio Grande do Sul. Fato este que era proporcionado pela expansão dos transportes ferroviário e marítimo (de cabotagem). E que era fruto da crescente internacionalização da economia brasileira, a qual se beneficiava da gigantesca exportação de capitais das potências capitalistas, principalmente a britânica. Ora, tal expansão era por si só um desafio à continuidade de antigos mecanismos de auto-abastecimento na capital carioca e que remontavam ao período colonial.

Decerto que há que se levar em consideração também fatores conjunturais, como o papel decisivo exercido pelo Governo Federal nas transformações operadas no Rio daquela época. Vide as discussões sobre reformas radicais na cidade remontam ao II Império, com a participação de políticos, sanitaristas e engenheiros. Mas foi o decisivo empenho do governo de Rodrigues Alves, que tinha encontrado as finanças “saneadas” por Campos Salles, que fez com que uma série de propostas de melhoramentos tenham saído do papel. Meta importantíssima dentro do plano estratégico que o governo federal tinha reservado à cidade, que teria como papel principal ser a porta de entrada de capitais internacionais no país.

Considerações finais

O Governo Pereira Passos, como qualquer outro governo, estava inserido num intrincado jogo de relações de força. Longe de controlar esse contexto de disputas, este governo e os grupos sociais que ele representava, moviam-se na indeterminação do viver histórico, sem ter absoluta certeza de que suas ações e projetos seriam vitoriosos por completo. Se pudermos destrinchá-lo é possível mostrar que as ações daquele governo no tocante à repressão dos usos rurais no interior da cidade foram apenas uma etapa de um longo processo de consolidação dos fundamentos de uma economia de mercado na cidade do Rio de Janeiro.

Em termos gerais, portanto, a forma como tal processo se expressa na cidade do Rio de Janeiro visará fundamentalmente consolidar relações e formas de produção centrados na transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadoria. Mas tal processo terá que lidar com estruturas sociais legadas pela trajetória histórica da cidade. A principal delas será, sem dúvida, todo um universo de práticas, símbolos e relações sociais forjados no contexto de uma economia escravista.

Num plano mais específico, a consolidação de tal processo redundará na gradativa extinção (acelerada durante a gestão de Pereira Passos na prefeitura) do perímetro urbano da cidade de práticas rurais e de tipos de propriedade ligadas às primeiras, como eram as chácaras. Por meio desse processo, dois setores da economia de mercado conquistariam um significativo triunfo: o mercado imobiliário e o setor atacadista ligado ao comércio de gêneros. O mercado, assim, estendia suas garras não apenas sobre a terra, mas sobre a própria necessidade dos homens e mulheres se alimentarem. As tradicionais formas e meios a que recorriam as camadas populares para obter a sua subsistência eram inviabilizadas no espaço urbano da cidade. Ao menos teoricamente. Já que o legado da escravidão estabeleceria sérios limites às leis gerais do capital.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1988.
- ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. São Paulo: Catania editora, s.d.
- ASSIS, Machado de. *Iaiá Garcia*. São Paulo: Ática, 1973.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Ática, 1997.
- AZEVEDO, Artur. *O Badejo*. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: SMCTE/ DGCIC/DE, 1992.
- BERGER, Paulo. *Dicionário Histórico das Ruas do Rio de Janeiro – I e II Regiões Administrativas (Centro)*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Ed. Ltda, 1974.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CAVALCANTI, Nireu. *A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: as muralhas, sua gente, os construtores (1710-1810)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CRUZ, Alline Torres Dias da. *Suburbanização e racismo no Rio de Janeiro: uma leitura de Madureira e Dona Clara no contexto pós-emancipação (1901-1920)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- DEL BRENNA, Giovanna Rosso. *Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão*. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932.

- FARIAS, Juliana; SOARES, Carlos Eugenio; GOMES, Flávio dos Santos. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*: Arquivo Nacional, 2005.
- FAZENDA, Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.
- FERRERAS, Norberto Osvaldo. *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*. Niterói: EdUFF, 2006.
- FINLEY, Moses I. *La Grecia Antigua*. Economía y sociedad. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- _____. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros estudos sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.
- LÖWY, Michael. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- FINLEY, Moses I. *La Grecia Antigua*. Economía y sociedad. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Depto. Geral de Doc. E Inf. Cultural. Divisão de Editoração, 1995.
- OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. Brasília: EBRASA, 1971.
- PAIXÃO, Cláudia Miriam Quelhas. *O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- RIO, João do. *As Religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Gazeta de notícias, 1904.
- _____. *Vida Vertiginosa*. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1911.
- RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. “Evolução urbana e arquitetônica do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII (1567-1699)”, *Revista IHGB*, v. 288, julho-set. 1970.
- RODRIGUES, Vitor Lima. *Revisitando os semeadores de cidades: visões sobre as cidades coloniais portuguesas no Brasil*. Niterói, Trabalho de Conclusão de Curso em História, 2009.
- SILVA, Lúcia. *Luzes e sombras na cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze 1920- 1945*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Divisão de Editoração, 2006.
- VAZ, Lílían Fessler. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

Controlando e deslocando práticas “insalubres”; repreendendo e apreendendo “crioulos”, “pretas”, “vadios(as)” e “desordeiros(as)”: embates e disputas na instauração de um modelo de urbanidade para o Rio de Janeiro pós-emancipação e republicano¹

Alline Torres Dias da Cruz

Introdução

Este texto discute o processo de reconfiguração socioterritorial do Distrito Federal entre fins do século XIX e os primeiros anos do século XX, no bojo do contexto pós-emancipação e republicano. Submetido a uma divisão político-administrativa que classificava as freguesias (depois chamadas de distritos) em urbanas e suburbanas, o Rio de Janeiro desse período, incluindo as suas áreas centrais, era caracterizado por funções e usos rurais. Essas práticas, no entanto, tornaram-se um dos alvos não só dos Códigos de Posturas, que regulavam e ordenavam o cotidiano, mas também da imprensa carioca. Forjados a partir de um ideário higienista, as normas públicas, os posicionamentos dos jornais e as reclamações de parte dos moradores da cidade reivindicavam a intervenção do poder público – por meio de seus órgãos e agentes – no controle de atividades vistas como insalubres, tais como o cultivo de capinzais, de hortas e pastos, a edificação de estábulos e cocheiras.

Desse modo, uma das questões aqui tratadas refere-se ao fato de que, ao limitar e autorizar essas práticas sociais em apenas uma parte do território do Rio de Janeiro, o Estado construía politicamente um processo de suburbanização, buscando concentrar espacialmente usos “sujos” e indesejados. As ameaças à produção de uma urbanidade para a capital do País, cujo enfoque estava no centro comercial e político, não viriam, no entanto, apenas daquelas atividades. O debate político e intelectual² que articulou a temática da modernização econômica, fundada no trabalho livre imigrante e nas tentativas de industrialização, com a necessidade de edificação de uma capital moderna e burguesa, combateu também os modos de apropriação da cidade inventados pela população negra que, se em 1890, por exemplo, estava espraída de mo-

¹ Este artigo amplia uma discussão publicada anteriormente em Cruz, Alline Torres Dias da. “Suburbanização, branqueamento e urbanidades na reconfiguração socioterritorial do Rio de Janeiro republicano”. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, v. XXI, p. 73-92, 2007.

² Sobre esse tema, ver Azevedo (2004), Chalhoub (1986), Cunha (1985), Menezes (1996), Ramos (1996), Seyferth (1996, 2005), Skidmore (1976).

do mais equilibrado no território, em pouco mais de meio século, 1950, concentrou-se, sobretudo nos bairros originados das antigas freguesias suburbanas (Cruz, 2007, p. 48-49). Por fim, voltando-se para os subúrbios de Madureira e Dona Clara nos primeiros anos do século XX, o artigo apresenta as disputas e os embates vivenciados por algumas mulheres negras em torno das possibilidades de circulação pelas ruas e de ocupação profissional e habitacional no contexto pós-emancipação e republicano. Com base nesse material, proponho que a reivindicação de alguns atores sociais de que a Polícia exercesse um controle sobre a circulação deles reverberava uma das facetas da instauração de um determinado modelo de urbanidade para a capital do país. Nesse sentido, as reclamações dessa natureza, ainda que não se configurassem necessariamente em intervenções técnico-científicas de médicos, funcionários higienistas e engenheiros, alimentavam uma percepção de que era preciso (re) criar uma “ordem”. E essa foi percebida fundamentalmente por meio das relações coletivas experimentadas entre as pessoas nos arranjos e configurações espaciais do Distrito Federal.

A relação cidade e subúrbios como construção sócio-histórica

Arrabalde (do árabe *arrabadh*): bairro, povo que fica fora dos muros da cidade, ou vila; comumente se chamam também arrabaldes os subúrbios e circunferências de algum grande povo; proximidades, vizinhanças.

Suburbano (do latim *suburbanus*): vizinho, próximo da cidade; dos arrabaldes da cidade [...].

Urbanizar: tornar urbano, civilizar.

Urbano: da cidade, pertencente à cidade: prédio urbano; dotado de urbanidade, civilizado; polido; cortês; [...], op. ao rústico, camponês, agreste, ou vilanesco [...].

Urbanidade: qualidade de quem é urbano; a cortesia, e bom termo; os estilos da gente civilizada e polida; civilidade, polidez; delicadeza (Silva, 1890, p. 234; 957).

O que poderia diferenciar um subúrbio do Distrito Federal de sua área urbana na passagem do século XIX ao XX? Ou, de outro modo, seguindo ainda uma formulação de cunho essencialista, o que permitiria chamar, por exemplo, Méier e Madureira, assim como outros “lugares” do Rio de Janeiro, de “subúrbio”? Vocábulo corrente no cotidiano da cidade, utilizado no século XIX por representantes políticos, administradores municipais, moradores, imprensa e mesmo viajantes estrangeiros, à noção de subúrbio estavam ligados significados tais como “vizinho, próximo da cidade; arrabaldes da cidade”. Dentro dessa concepção romana, as áreas assim denominadas estariam separadas das muralhas, marcos físicos e simbólicos que instituíam as divisões entre os chamados subúrbios e a *urbs*. Ambos, contudo, inseriam-se em um

território mais amplo, denominado cidade. Como bem demonstra Santos (2006), no caso do Rio Imperial, a esse entendimento sobrepõe-se outro, visto que as “freguesias de fóra”, que remetiam aos subúrbios do Rio de Janeiro no século XIX, aludiam também a uma concepção medieval na qual eles estariam excluídos de fato da ideia de cidade, posto que submetidos a posturas municipais distintas das que conformavam as áreas urbanas, circunscritas na representação social e cartográfica como o território citadino, a “Cidade”. Como salienta o autor,

A cidade do Rio de Janeiro fazia parte, desde a chegada da família real portuguesa em 1808, do Município da Corte. Este abarcava então a cidade propriamente dita – dentro da qual se situavam as “freguesias urbanas” – e as “freguesias de fóra”. A primeira era chamada também de “zona da cidade” e a segunda de “zona de campo”. Ou seja, o município aqui é composto por uma área urbana e outra que diríamos rural, como na Antiguidade; ao mesmo tempo, a noção de cidade empregada para diferenciar o seu território do restante do Município é a mesma da Idade Média – a área urbana se localizando no núcleo original da cidade e os campos ficando “fóra”, do lado externo das “muralhas”. Só que ainda persiste uma pergunta: no caso do Rio de Janeiro, que muralhas eram essas? Logicamente que se tratava de uma muralha simbólica, mas não sem consequências concretas de extrema relevância: tal muralha foi “construída” pelo então príncipe regente D. João quando da vinda da família real ao Brasil quando resolveu instituir por meio do alvará de 27 de junho daquele ano a cobrança da “Décima Urbana” ou “Décima dos Rendimentos dos Prédios Urbanos”. Por essa determinação, as freguesias da Candelária, Sacramento, São José e Santa Rita formavam em conjunto a “zona da cidade” sobre a qual incidia a Décima Urbana. Do outro lado, no “de fóra”, havia o restante do município, cujos limites eram estabelecidos em função dos limites da área de incidência da “Décima Urbana”. Assim, tínhamos o Engenho Velho, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Inhaúma, Guaratiba, ilha do Governador, ilha de Paquetá e o curato de Santa Cruz como as freguesias não-urbanas. Isso se expressará na forma como o município é representado por meio dos mapas até as primeiras décadas do século XX: neles só a zona da cidade e, quando muito, seus arrabaldes são enfocados. As zonas suburbana e rural, áreas “de fóra” da cidade, também ficam fora dos mapas. Anos mais tarde – talvez em meados do século XIX – esta zona também seria chamada de “zona da légua e das povoações”. A justaposição desses termos dava bem o tom da indefinição e mistura entre usos rurais e urbanos nessa região. Mas não só nela, como também “dentro” da própria cidade (Santos, 2006, p. 2-3).

De acordo com o autor, o mecanismo que legitimou as noções de cidade e subúrbios emergiu de uma decisão política do regente, quando instituiu a cobrança da Décima Urbana, fundando assim, sobre a configuração da cidade colonial, as possibilidades de outro ordenamento do município neutro. Com a chegada ao Brasil de D. João VI e da Corte portuguesa, em 1808, e o seu estabelecimento na então capital do vice-reinado, a divisão administrativa das freguesias urbanas e rurais foi modificada.

Se, por um lado, a transferência do poder monárquico para um antigo território colonial português significou o início de um processo de transformações importantes, dentre as quais a abertura da economia do País aos mercados internacionais, sobretudo o inglês, e o desenvolvimento de atividades e serviços que correspondesse ao maior dinamismo comercial, por outro, requalificou em termos políticos e culturais a vida urbana no Rio de Janeiro. Instituições de memória, de pesquisa, artísticas, comerciais e jurídico-administrativas foram fundadas para o exercício do poder monárquico e para a invenção de uma sociabilidade de Corte no que fora antes um território colonial. Instalados inicialmente no centro da cidade, tanto a família real quanto a aristocracia e os funcionários que a acompanhavam localizaram-se em seguida nos arrabaldes, em chácaras e fazendas distanciadas da vida suja e tumultuada daquele espaço marcado pela presença negra em uma série de ocupações e atividades.

Nesse contexto histórico em que se apresentava a necessidade concreta de inserção espacial do monarca, dos funcionários e dos membros da Corte, a área central e os subúrbios mais próximos experimentaram uma série de intervenções e melhoramentos, o que levou à criação de novas freguesias ditas urbanas (assim definidas a partir do momento em que o poder imperial atuou na produção de alguma infra-estrutura como arruamento e dessecamento de pântanos para a ocupação) ou ainda à incorporação ao perímetro urbano de antigas freguesias rurais, quando submetidas a algum tipo de intervenção do governo imperial.

As freguesias urbanas da Candelária e de São José, por estarem mais próximas do Paço Real (hoje, Paço Imperial), viriam a ser ao longo da primeira metade do século XIX localidades de moradia dos grupos políticos e econômicos do Império, que ocupavam os sobrados já existentes ou se encaminhavam para as novas ruas abertas rumo à atual Lapa; enquanto os grupos pobres, como trabalhadores livres (alforriados, africanos e imigrantes) e escravos de ganho, se estabeleceriam nas freguesias de Sacramento, Santana e Santa Rita, nas quais se concentravam, respectivamente, o comércio, as pequenas oficinas e fábricas, afora os que residiam junto aos seus donos e em seus estabelecimentos.

São Cristóvão, até então um antigo arraial incluído na freguesia rural do Engenho Velho, tornou-se o local de moradia de D. João VI e sua família, e algumas propriedades foram retalhadas em chácaras no que hoje conhecemos como Glória, Catete e Laranjeiras, para receber os membros da Corte. O crescimento desse tipo de moradia, de uso explicitamente nobre, levou à criação da freguesia urbana da Glória, em 1834, desmembrada da de São José. A freguesia da Lagoa, da qual o arrabalde Botafogo fazia parte até então, passou a ter ocupação mais constante, e tornou-se urbana em 1838, junto com a freguesia do Engenho Velho (Abreu, 1987).

Em 1821, Sé, Candelária, São José, Santa Rita e Santana eram as freguesias urbanas da capital do Império, e Engenho Velho e Lagoa, ao lado de Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz e Ilhas do Governador e de Paquetá, as suburbanas (rurais). De acordo com Salles e Soares (2005), naquele ano a população da cidade do Rio de Janeiro ultrapassou os 70.000 habitantes – em 1799, por exemplo, eram 43.000 moradores –, e a população escrava passou de 35% para 46% do total. Os autores, contudo, ressaltam que nesses percentuais não foi considerado o número de escravos das freguesias suburbanas, onde constituíam maioria.

Decorridos mais de 20 anos, em 1849, às vésperas da abolição legal do tráfico internacional (1850), a população escrava representava 48% do total de moradores do Rio de Janeiro, que nessa época somava 206.000, alcançando 56% nas freguesias suburbanas. E mesmo com o declínio da escravidão urbana após o fim do tráfico internacional, consequência do direcionamento de escravos para as fazendas, em 1872 eles constituíam 20% do total de habitantes da cidade do Rio de Janeiro.

Através do Quadro 1, referente à divisão territorial do Rio de Janeiro, nota-se a incorporação das freguesias suburbanas de Engenho Velho e da Lagoa ao perímetro urbano, e a criação das freguesias da Glória, de Santo Antônio, de São Cristóvão, do Espírito Santo, do Engenho Novo e da Gávea como “urbanas”, pertencentes à “Cidade”. Já as de Irajá, de Inhaúma, de Campo Grande, de Guaratiba, de Jacarepaguá, de Santa Cruz e das ilhas chegaram ao século XX sob a classificação de suburbanas (rurais). Convém destacar que a criação de freguesias urbanas e suburbanas, ao veicular uma percepção social do território mais ou menos dicotômica e hierárquica, posto que embaçada pela noção de vizinhança, de acordo com Silva (1890), refere-se à implementação de mecanismos administrativos e de estratégias políticas.

Nesse sentido, esse processo de conformação territorial diz respeito em boa medida a um ato de invenção. Criação que revela, como chama a atenção Santos (2006), o “tom da indefinição e mistura entre usos rurais e urbanos” no município como um todo. Do ponto de vista da paisagem, das propriedades e dos usos, haveria distinções extremas entre a freguesia urbana da Lagoa e a suburbana de Jacarepaguá durante o século XIX? Ou aquelas surgiram de tentativas de configuração de uma urbanidade pelo Estado por meio de suas agências, de concessões a empresas privadas ou iniciativas particulares? Se a “ruralidade”, tomando de empréstimo uma categoria utilizada pelo autor, à qual se vinculavam as freguesias suburbanas, tornou-se uma marca de distinção socioterritorial, esta merece ser pensada como uma produção. E isso pode ser evidenciado quando se observa um dos instrumentos administrativos que normatizava e regulava o Município Neutro durante o período imperial e o início da República: os Códigos de Posturas Municipais.

Quadro I: Cidade e subúrbios do Rio de Janeiro (1799 -1890)

1799	1821	1838	1849	1856	1870	1872	1890
Cidade							
Sé Candelária S. José Santa Rita	Sé Candelária S. José Santa Rita Sant'Anna	Sacramento Candelária S. José Santa Rita Sant'Anna Lagôa Glória Eng. Velho	Sacramento Candelária S. José Santa Rita Sant'Anna Lagôa Glória Eng. Velho	Sacramento Candelária S. José Santa Rita Sant'Anna Lagôa Glória Eng. Velho Santa Antonio	Sacramento Candelária S. José Santa Rita Sant'Anna Lagôa Glória Eng. Velho Santa Antonio São Cristóvão Espírito Santo	Sacramento Candelária S. José Santa Rita Sant'Anna Lagôa Glória Eng. Velho Santa Antonio São Cristóvão Espírito Santo	Sacramento Candelária S. José Santa Rita Sant'Anna Lagôa Glória Eng. Velho Santa Antonio São Cristóvão Espírito Santo Gávea Eng. Novo
Subúrbios							
Eng. Velho Irajá Jacarepaguá Campo Grande Inhaúma Guaratiba I. Governador I. Paquetá	Eng. Velho Lagôa Irajá Jacarepaguá Campo Grande Inhaúma Guaratiba I. Governador I. Paquetá	Irajá Jacarepaguá Campo Grande Inhaúma Guaratiba Santa Cruz I. Governador I. Paquetá	Irajá Jacarepaguá Campo Grande Inhaúma Guaratiba Santa Cruz I. Governador I. Paquetá	Irajá Jacarepaguá Campo Grande Inhaúma Guaratiba Santa Cruz I. Governador I. Paquetá	Irajá Jacarepaguá Campo Grande Inhaúma Guaratiba Santa Cruz I. Governador I. Paquetá	Irajá Jacarepaguá Campo Grande Inhaúma Guaratiba Santa Cruz I. Governador I. Paquetá	Irajá Jacarepaguá Campo Grande Inhaúma Guaratiba Santa Cruz I. Governador I. Paquetá

Fonte: Brasil (1906). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>

Nos oitocentos, vários decretos proibiam que se realizassem no perímetro da área urbana, notadamente no centro político e comercial da cidade, atividades de caráter agrícola, tais como hortas e capinzais para o comércio, criação de suínos, edificação de albergarias de vacas e currais para gado de corte. Também se controlava, com o cadastramento e a aplicação de multas, a circulação de carroças e cocheiras para carregar água, café e produtos agrícolas (Código de Postura, 1894).

Ao se considerarem esses exemplos, a ruptura que se desejava alcançar implicava na assunção pelas elites políticas do Império, aqui representada pela Câmara Municipal, de um projeto que preconizasse um modelo de urbanidade. Isso porque, como apontou Santos (2006), a ideia de *urbs* veiculada, por exemplo, na Antiguidade, atribuía cidadania plena ao “cidadão lavrador”. Dessa perspectiva, a imposição de uma urbanidade por meio dos Códigos de Posturas forjava outro processo socioterritorial, o da suburbanização, pelo qual usos e práticas sociais tidos como “sujos”, impróprios e inadequados eram deslocados ou permitidos apenas nas áreas que, do ponto de vista do próprio instrumento legislativo, foram mantidas como “suburbanas”.